



Anais da Assembléia

Nº 66

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1979

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N.º 66/79

Curitiba, 05 de junho de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o estabelecimento de requisitos a serem observados por pretendentes a empréstimos e financiamentos a projetos agropecuários, junto a Entidades Estaduais Bancárias ou de Crédito.

Como é do conhecimento dessa augusta Assembléia, o Código Florestal Brasileiro (Lei Federal n.º 4.771, de 15.09.65) estabelece as condições mínimas a serem cumpridas com o intuito de preservar e proteger as riquezas naturais do País.

Especificamente, em seu artigo 2.º, são fixados os parâmetros referentes a proteção dos meios hídricos, assegurando, fundamentalmente, a melhoria da qualidade das águas, bem como a diminuição da poluição dos rios e do assoreamento dos reservatórios.

Face a esses motivos — e considerando ser de todo conveniente para o Estado adotar as medidas que estiverem a seu alcance para prestar apoio aos órgãos federais competentes, no sentido de tornar efetivas, no âmbito estadual, as exigências constantes da mencionada legislação, vimos submeter à apreciação dessa augusta Corte o plano de lei em anexo, cujo objetivo é o de condicionar a concessão de crédito junto a entidades financeiras estaduais à comprovação do cumprimento das aludidas exigências.

Trata-se, portanto, de anteprojeto que consideramos de

importância para preservação das riquezas naturais do Estado, e que submetemos a essa augusta Casa para, se assim julgado conveniente, ser por seus Membros aperfeiçoado.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Corte o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — A obtenção de financiamentos a projetos agropecuários, junto a Entidades Estaduais Bancárias ou de Crédito, fica condicionada à comprovação de cumprimento ao Artigo 2.º da Lei Federal n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), pertinente à proteção das matas ciliares nos cursos e outras coleções de água.

Art. 2.º — A Secretaria de Estado da Agricultura fixará as normas complementares necessárias à execução desta Lei, sendo-lhe facultado estabelecer casos em que, por suas peculiaridades, os financiamentos possam ser concedidos sob condições diversas da prevista no art. 1.º.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Do Senhor Governador do Estado, no qual agradece a este Poder Legislativo pela aprovação do Projeto de Lei n.º 45/79. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 13/79, do Senhor Vereador Orlando Francisco, Presidente da Câmara Municipal de Mauá, no qual solicita o apoio dessa Casa de Leis, encaminhando moção, aprovada durante a sessão daquele Legislativo realizada no dia 07 do corrente mês, preconizando a abolição da taxa de expediente escolar e outras medidas de interesse da classe estudantil. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 162/79, do Senhor José Carlos Pinotti, Reitor da Universidade Estadual de Londrina, tomando conhecimento, através da imprensa, de pronunciamentos feitos da tribuna desse Legislativo, pelos quais se procura fazer crer que aquela Universidade não estaria levando na devida conta os termos do entendimento havido entre os dignos integrantes da Comissão de Instrução Pública desse mesmo Legislativo, e os participantes da greve recentemente ocorrida no Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, temos o dever indeclinável de formular a esta Casa de Leis, que, as considerações adiante, à vista das quais fácil é concluir que aquela Instituição tem-se mantido em atitude de estreito acatamento ao estabelecido naquele entendimento. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Paulo Maurício Guimarães de Andrade, Subchefe de Gabinete do Banco do Brasil S/A., nos seguintes termos: Incumbiu-me o Presidente Oswaldo Roberto Colin de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao expediente de 10.05.79, que o Posto Avançado de Crédito Rural criado por decisão de 18.10.78, do Conselho Monetário Nacional, será instalado por este Banco, em data a ser definida. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buções regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Sr. LEONEL SCHWARTZ, ocorrido nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1979.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Presidente do Banco do Brasil S/A., telex de apelo, no sentido de que as indenizações do PROAGRO da safra frustrada do último ano, sejam imediatamente quitadas.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A maioria dos lavradores estão pagando elevados juros sobre importância que deveriam ter recebido no final do último ano para cobertura de seus prejuízos.

Tal solicitação visa atender aos reclamos daquela laboriosa população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Jaime Lerner, para que não se altere o traçado ideal da Avenida das Torres, que liga Curitiba a São José dos Pinhais e o Aeroporto Afonso Pena.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1979.

(a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

Tal apelo tem por finalidade evitar os acidentes que ali ocorrem freqüentemente, em face da brusca conversão da pista de rolamento no sentido Curitiba-São José dos Pinhais, a fim de alcançar a Avenida Salgado Filho, e o seu viaduto, para retornar em seguida ao traçado original.

Os motoristas que desconhecem tal conversão, e mesmo aqueles que por ali trafegam diariamente, muitas vezes são colhidos de surpresa, e muitos já foram vitimados.

Para sanar essa irregularidade a Prefeitura Municipal de Curitiba, deve realizar as obras que ali se fazem necessárias para garantir o prosseguimento retilíneo da referida via, mantendo-a paralela com a outra pista em toda a sua extensão, com a construção de um viaduto na Avenida das Torres.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ciência e anuência do Plenário, seja enviado às autoridades federais competentes, apelo deste Legislativo, no sentido de que sejam admitidas como fora do Parque Marumby, as áreas abaixo da quota de 200 metros de altitude.

Este Parlamentar, requer, outrossim, um voto de congratulações ao Senhor Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, por encampar esta idéia, conforme veiculação dada pela imprensa local.

A visita do Secretário Reinhold Stephanes a Morretes criou um clima de euforia na região e a sua preocupação demonstrada pelos problemas agrícolas do litoral, bem como os referentes aos agricultores atingidos pelo Parque Marumby, deixa um alento para a classe rurícola da região.

A situação atual é angustiante, porque as áreas agrícolas dentro dos limites do parque não podem receber financiamentos bancários e os agricultores não dispõem de outras áreas para

plantio e nem sabem como iraficar a situação.

Temos a impressão, a grosso modo, que a liberação das terras, até a quota de 200 metros, do Parque Marumby, permitirá à agricultura em cinquenta por cento da região o que solucionaria, em parte os reclamos locais.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1979.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de regozijo ao Instituto dos Advogados, pelo transcurso do seu 62.º aniversário.

Entidade que precede à Ordem dos Advogados é tão antiga quanto o primeiro Código Civil Brasileiro. O Instituto dos Advogados do Paraná, tem por finalidade a defesa da dignidade, do prestígio e dos interesses da Justiça e de toda a laboriosa classe.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa. Sala das Sessões, em 11 de junho de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Ex.ª, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Ex.º Sr. Nivaldo de Almeida Neto, solicitando a conclusão imediata do acesso BR-369-MAMBORÊ, já incluída no Mapa Rodoviário do Paraná, como concluída e atualmente abandonada na sua execução.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Em nosso primeiro pronunciamento nesta Casa, já reclamávamos a conclusão do acesso BR-369-Mamborê, pois a mesma constava no Mapa Rodoviário do Governo Canet como concluída e, como sabíamos a mesma não estava, e a firma empreiteira, responsável pela sua execução, estava "falida", daí hoje voltarmos com a mesma solicitação, no sentido de que se conclua em definitivo o referido acesso, pois o mesmo tem trazido conseqüências danosas ao Município de Mamborê e a sua população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Superintendente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social no Paraná, solicitando a instalação de um Posto de Assistência Médica do INAMPS, no Município de Arapongas.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1979.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Arapongas há muito necessita da instalação de um Posto de Assistência Médica do INAMPS, principalmente, porque se instalado, beneficiará não só o município, mas também diversas cidades circunvizinhas, destacando-se Sabáudia, Astorga, Santa Fé etc.

Há ainda de ressaltar que o total arrecadado pela população trabalhadora daquele município e da cidade de Sabáudia é bastante alto o que justifica nossa solicitação.

Somente no primeiro semestre de 1978 os trabalhadores recolheram nos dois municípios Cr\$ 25.075.352,72.

Arapongas hoje possui apenas e tão somente um representante do INAMPS, que simplesmente está longe de atender as

reais necessidades do município e região.

Atualmente, as pessoas que necessitam de atendimento médico do INAMPS têm que se dirigir a Apucarana ou a Londrina, tomando do trabalhador longo tempo, e muitas vezes, tendo seu dia descontado quando ele se dirige a uma das cidades vizinhas para conseguir atendimento médico.

Destacamos ainda que a abertura de um Posto de Assistência Médica no Município de Arapongas irá provocar um alívio no atendimento médico nas cidades acima referidas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, aprovação do Plenário, para um pedido de informações, ao Sr. Secretário dos Transportes, a fim de que informe este Poder, dos compromissos assumidos pelo D.E.R., sobre os seguintes itens:

- a) — Qual o montante da dívida, assumida pelo DER, no último período governamental, bem como na corrente gestão?
- b) — Quantos e quais são os credores, bem como as respectivas importâncias que têm em haver do Estado?
- c) — Quais as origens destes créditos?
- d) — Quais as importâncias vencidas e a vencer?
- e) — A obrigação dos pagamentos foi assumida pelo DER, Secretaria dos Transportes ou Secretaria de Finanças?

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1979.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O Secretário Edson Guimarães, das Finanças, declarou que se o Estado não conseguir novos empréstimos, o mais breve possível, não terá condições de cumprir a previsão orçamentária de despesas para este ano. O motivo principal para esta alegação do Sr. Secretário está fundamentado no fato de existir sobrecarga provocada pela amortização das dívidas contraídas no governo anterior.

As dívidas, todo o Paraná sabe, elas existem. Ao lado das dívidas é necessário que não parem dívidas. Daí a necessidade do presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de estudar a possibilidade da construção de um ginásio no bairro do Atuba, Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

A construção do mesmo, beneficiaria milhares de estudantes daquela região, pois o bairro do Atuba, é localizado entre diversas vilas, entre as quais, a Vila Guarani, Vila Rio Verde, Jardim Monza, Jardim Maracanã, Jardim Campo Alto, Guaraituba, Vila Eliza e Vila Tebas, sendo que todos os estudantes são obrigados a vir estudar no centro da cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requerem da sessão do próximo dia 13, para às 10,00 horas da manhã e suspensão da sessão do dia 15 deste mês, para que no mesmo dia se realizem reuniões das Comissões.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1979.

(aa) NILSO SQUAREZI — Líder do MDB
ERONDY SILVÉRIO — Líder da ARENA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 81/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SANTA MARIANA, com sede e foro na cidade de Santa Mariana.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1979.

(a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora se pretende declarar de utilidade pública, presta, realmente, relevantes serviços à comunidade de Santa Mariana, de forma desinteressada, pois tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante especialmente.

O elenco de serviços que a referida Associação presta à população de Santa Mariana, por sinal vasto, por si só justifica a apresentação do presente plano de lei.

Assim sendo, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê indispensável apoio e a necessária aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra com satisfação a presença, em nosso plenário, do Deputado Secretário Luiz Roberto Soares, Secretário da Cultura e Esportes.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada, uma visita muito dignificante ao povo de Morretes, foi feita pelo Sr. Secretário da Agricultura Reinhold Stephanes. Foi a primeira vez que aquele município recebeu a visita oficial de um Secretário de Agricultura que, aliás, é nada mais do que justo sendo o Município de Morretes essencialmente agrícola e que contribui em grande parte para o abastecimento hortigranjeiro desta Capital.

E entre outras considerações, o Sr. Secretário mostrou-se sensibilizado pelo problema cruciante que aflige os detentores de áreas de terras daquela região, que foram atingidos pelo Parque Marumbi.

Antes da criação do Parque Marumbi e das suas delimitações, existiam áreas plantadas com bananas, hortigranjeiros, e mesmo café, financiado pelo próprio IBC, que, com a criação do Parque, foram totalmente atingidas com aquelas delimitações, ocasionando sérios prejuízos aos senhores proprietários, que não conseguiram sequer credibilidade em estabelecimentos de crédito e financiamentos de espécie alguma.

Hoje, advoga o Sr. Secretário de Agricultura, e nós também nos incorporamos a ele, da necessidade de aumentar o limite para 200 metros, isto vale dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as áreas preservadas, hoje, ao Parque Marumbi, que me parece ser da ordem de 40, ou 45 metros, e que abrange quase a totalidade das áreas desses sítios, se elevadas para 200 metros, acredito que mais de 50% da área hoje atingida pelo Parque Marumbi, seria liberada e as suas plantações preservadas.

E, tecnicamente, entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados que isto em nada contribuiria para a preservação do Parque Marumbi, que, dentro de uma técnica que ele defende, se nós conseguirmos sensibilizar as autoridades do IBDF, SUREHMA, para que elevem de 40, 45 metros, que é o limite de hoje, para 200 metros, acreditamos que atenderíamos as necessidades dos lavradores e em nada prejudicariam as demarques e os esquemas traçados pelos órgãos que implantam o

Parque Marumbi no nosso litoral.

Além disso, o nosso aplauso ao Sr. Secretário da Agricultura, que mostrou um inusitado interesse pelo plantio do café na região litorânea, onde temos quase um milhão de pés plantados ao longo de todo litoral, que, sabem os Senhores Deputados, não sofrem os efeitos da geada.

O nosso requerimento que será submetido à apreciação dos Srs. Deputados, versa sobre a nossa tese em defender o aumento de duzentos metros do Parque Marumbi, e o nosso aplauso ao Sr. Secretário pelo estímulo que vem dando à agricultura na região litorânea.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“A capacidade natural de escolher o caminho conveniente distingue o ser humano das outras criaturas no mundo existentes.

O conhecimento é parte integrante da constituição humana. É ele a grande razão da nossa evolução.

A liberdade deve ser o dom mais ligado, derivado e conseqüente do grau de evolução de uma sociedade.

Encarando a liberdade como ligada, originária e conseqüência da evolução, permitida pelo conhecimento, aí, entretanto, não pode se esgotar a sua dimensão.

Mais que ligada à evolução, a liberdade a pressupõe como companhia indispensável.

Mais que originária do evoluir humano, a liberdade gera evolução em ritmo, historicamente acelerado.

Mais que conseqüência da caminhada ascendente da humanidade, a liberdade é a causa mesma dessa caminhada.

A liberdade é o grande agente da humanidade, sua grande qualidade, característica verdadeiramente humana.

A liberdade aproxima o homem de Deus, mantendo-o cada vez mais ligado às coisas do mundo.

A liberdade é a maior das virtudes porque é a mais humana, embora quanto maior e mais ampla, mais ainda aproxima o homem do espiritual.

Dom espiritual tão forte que torna escravo objeto ao tirano opressor, embora atue e aja desenvolto, escravizando-o às estruturas que ele mesmo montou para liquidá-la, pensando liquidar a democracia que é o obreiro da liberdade.

Ledo engano! O culto à liberdade faz do oprimido consciente o homem mais livre, em que pesem os grilhões a lhe tolher os movimentos, a tortura a lhe alquebrar as forças físicas.

O espírito é invencível enquanto tiver a verdadeira liberdade.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o grande inimigo das tiranias é a liberdade e contra ela são usadas todas as forças ao alcance do tirano.

Quinze anos de arbítrio e de exceção não foram capazes de eliminar a força da liberdade como instrumento maior da criatura humana.

A liberdade gera um grande efeito que é a síntese da dignidade humana: a DEMOCRACIA.

O maior instrumento da liberdade - e, também, sua garantia - é a DEMOCRACIA.

A maior conseqüência da liberdade - e, também, sua garantia -, é a Democracia, agora revestida dos trajes sempre dignos e atuais da justiça social.

A maior riqueza da LIBERDADE - e, também, sua garantia -, é a DEMOCRACIA, nesse enfoque, sempre instrumentalizada pelos meios eficientes e humanos da distribuição justa da operacionalização humana.

A maior verdade da LIBERDADE - e, também, sua garan-

tia -, é a DEMOCRACIA, então representada pelo “verdictum” autêntico das maiorias que se valorizam pelo respeito ao direito das minorias, acatando-se mutuamente.

Eis porque a DEMOCRACIA é sinônimo da verdade e, conseqüentemente, não existe em partes mas como um todo.

A DEMOCRACIA é a verdade e, portanto, não pode ser adjetivada e delimitada pelo arbítrio unipessoal do soberano e, muito menos, pela vontade minoritária de uma elite.

Mesmo sendo essa elite detentora da força que pode oprimir o democrata e impedir-lhe a expressão, ainda assim a DEMOCRACIA PLENA é a única exigência da liberdade e, por decorrência lógica, da humanidade.

Mesmo sendo essa elite privilegiada por riqueza, por posição, por poder e por uma soma de privilégios de qualquer ordem, ainda assim a DEMOCRACIA PLENA é a única exigência da liberdade e, por isso, da humanidade.

A liberdade é a grande exigência e a DEMOCRACIA O GRANDE INSTRUMENTO.

DEMOCRACIA é a verdade cujo conhecimento libertará o homem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: A DEMOCRACIA é a verdade que liberta o homem. Por isso a sociedade como um todo consciente, vem exigindo democracia.

Os dias de hoje, assistem ao vértice do poder autoritário, implantado no País há quinze anos, não suportar mais tanta pressão e, portanto, ceder.

As conquistas sociais da escalada democrata não podem ser violentadas pela essência do regime autoritário que é a sua continuidade.

O continuísmo, característica fundamental de toda ditadura, não pode impedir a volta do País à democracia e o retorno da Nação à liberdade reconciliando o poder com a verdade.

Liberdade, democracia, verdade, são as características que permitem uma qualidade de vida digna de quem foi criado para ser semelhança de Deus na terra.

A qualidade de vida de uma comunidade e seus membros é efeito de um regime democrático, nunca poderá ser considerada pré-requisito para tê-lo.

O milagre “Delfiniano”, com a balela do crescimento prévio do bolo na mão de poucos para, depois de crescido, ser distribuído a muitos, foi a grande negação da verdade que o regime autoritário pregou.

A rigor e efetivamente, a autocracia pretendeu permanecer no poder, fazendo o rodízio de cargos entre os sócios da elite.

Adotado o lema, duvidoso na origem e frustrado na consecução, “desenvolvimento e segurança” o regime autoritário é forçado, pela resistência democrática da Nação, a alterar os seus rumos.

Não muda a essência, todavia. E aí reside o grande impasse nacional: o regime autoritário sabe que fracassou, é obrigado a aceitar as razões da sociedade que lhe resiste, mas não muda ainda sim o principal.

Tão somente aceita a alterar o accidental.

Agride, por isso, a democracia ao não reconhecer o valor da liberdade.

Unicamente deseja mudar os rótulos, perpetuando injustiças e consagrando os desajustes.

Transforma-se agora na maior BIONOCRACIA que o contingente conheceu dizendo fazer abertura e triunfar a DEMOCRACIA.

De nada valeu a experiência fracassada e infeliz do AI-5, do 477, do 228, dos CONTRATOS DE RISCOS, DO ACORDO NUCLEAR, DA ENTREGA DA AMAZÔNIA, DO ENSINO PAGO E ELITISTA, DAS ASFIXIAS DA EMPRESA NACIONAL, DO SINDICADO PELEGUIZADO, DO LAVRADOR SEM TERRA, DA TERRA SEM LAVRADOR, DA CIDADE

SUPER POVOADA, DA MESMA FARTA DE GENTE, MAS PARCA DE ALIMENTO, DA MINORIA AUMENTANDO SUAS RENDAS ÀS CUSTAS DO ARROCHO SALARIAL, DAS FINANCEIRAS FALIDAS, DOS EMPRÉSTIMOS ESCANDALOSOS E PREMIADOS COM GOVERNOS ESTADUAIS, DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL DRACONIANA E IRREAL, DA CENSURA, ATRAZANDO UM DÉCENIO DA CULTURA CENTENÁRIA, DE GOVERNO SEM POVO, DE MAIORIA SEM VOTO E SEM ESPERANÇA, A NÃO SER A CRENÇA INABALÁVEL NA HISTÓRIA.

A História julgará os fatos, as intenções pertencem ao foro íntimo de quem às toma. A História julga, objetivamente fatos, pessoas e conjunturas.

A bionocracia não passará pelo severo crivo da História. Nem ela e muito menos os seus agentes, cúmplices, prosélitos e beneficiários.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: A Nação exige DEMOCRACIA, agora e já; total, porque apenas DEMOCRACIA; sem apelidos e sem restrições, muito especialmente, sem donos, a não ser o povo.

Dê nada vale mudar o nome do AI-5, para salvaguardas do Estado, alterando a aparência mas mantendo a essência que caracteriza o Estado autoritário.

Biônica é a forma de escolher o mandatário supremo, como o é a escolha do governador, como biônico é o Prefeito das capitais e das ditas áreas de segurança, como se a vontade do povo, manifestada em eleições fosse prova e fosse causa de insegurança.

Grotesca e ridícula foi a forma encontrada pelo pacote de abril, a grande descoberta constitucional que estabeleceu o direito da granja do torto, a impingir a figura moderna do Senador nomeado que Calígula já descobrira sem a sofisticação de agora.

A bionocracia do estado autoritário procura, nesta fase, tornar biônico os mandatos dos diretórios partidários, ao prorrogá-los até 1980, eles que já vinham prorrogados desde 1977, num mandato conquistado em 1.975.

Biônicos passarão a ser os prefeitos e vereadores de todo o País, ao se lhes prorrogar o mandato até 1.983, sob o pretexto ridículo, ora de coincidência de mandato, ora da inoportunidade do mandato tampão, ora sob a alegação do custo da campanha, ora sob a descarada desculpa da luta antiinflacionária. Porque então não intervir no mercado financeiro, saneando-o da fraude, da picaretagem, da fortuna meteórica?

O regime autoritário aparenta concordar com os reclamos da Nação, exigindo liberdade, democracia e justiça. Aparenta concordar e para evitar a marcha assencional das oposições nacionais ameaçam extinguir os partidos para que a corrosão que atingiu o dito maior partido do ocidente não o transforme no maior rejeitado do planeta.

Mas nada disso conseguirá deter a evolução natural das coisas e nada disso poderá quebrantar os ânimos da Nação que exige o retorno imediato e sem pretextos do País ao ESTADO PLENO DE DIREITO.

A Nação exige o fim do divórcio entre o povo e o poder entre o Estado e a sociedade.

A Nação exige, imediatamente, a concessão de anistia ampla, geral e irrestrita, como a única forma de compatibilizar povo e poder e como única condição prévia para qualquer passo que se pense dar, a caminho da democracia.

A anistia total e completa é o grande pré-requisito para se falar em abertura e em reencontro com a liberdade. Não tem cabimento discutir reencontro nacional sem anistia absoluta, como não é possível falar-se em conciliação nacional, no mesmo instante em que existem exilados e penalizados, seja internamente, seja no exterior.

A anistia deve ser um ato de grandeza da Nação nunca pretexto para se conseguir o alargamento da base do poder e para se obter espaço de manobra continuista.

A permanência dos atuais partidos, o estabelecimento das condições para formação de novos partidos, a extinção da figura absurda do senador biônico, a revogação de toda legislação excepcional, a reformulação da legislação autoritária, a concessão de anistia ampla, geral e irrestrita, o respeito ao calendário eleitoral, são as condições fundamentais para o grande remédio nacional: a convocação de uma ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, verdadeiramente representativa que deverá firmar um novo pacto social para a Nação, compatibilizando-a com o Estado.

Um pacto social em que o povo todo seja ouvido e representado e não apenas uma parcela minoritária.

Só assim poderemos sair do grande impasse em que o regime autoritário mergulhou o País.

A Nação contesta e questiona o modelo político que nos infligiram.

A Nação contesta e questiona o modelo econômico a que nos amarraram.

A Nação contesta e questiona o modelo social que nos está dividindo.

A Nação contesta e questiona o modelo cultural a que nos querem submeter.

Por isto, a sociedade exige liberdade e democracia, para que possamos sair do impasse político econômico-social e cultural, em que o regime autoritário nos enfiou."

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Deputado Tadeu, estamos ouvindo o vosso brilhante pronunciamento e queremos nos congratular com Vossa Excelência, mas apenas fazendo uma pequena observação. Que o grande estadista que desponta, General Figueiredo, está dando ampla repercussão no problema da anistia e das aberturas; agora Vossa Excelência há de convir comigo que nós queremos a coincidência de mandatos eletivos e executivos, dos prefeitos e vereadores, como Vossa Excelência também há de querer a coincidência do seu prefeito, da cidade de Curiúva.

Seria o cúmulo Vossa Excelência não confiar em seu prefeito, não confiar em seu povo que elegeu o seu prefeito, confiando no dinamismo daquele homem íntegro. Então, são "dois pesos e duas medidas" que nós havíamos de estudar e Vossa Excelência com sua juventude, com seu dinamismo, há de convir conosco que para Vossa Excelência é tranqüilo o seu prefeito em Curiúva ter a sua coincidência de mandato, para que ele possa trabalhar pelo seu povo, para que ele entrosado neste tempo, porque seu mandato não é prorrogado, mas seu mandato, mandato do povo, vai ter uma coincidência onde este mesmo prefeito possa lutar ao lado de Vossa Excelência, para reelegê-lo novamente.

Agora, não posso acreditar que Vossa Excelência venha repudiar este homem que lutou por Vossa Excelência e que há de lutar, mais uma vez, junto aos vereadores, e junto com os membros do Diretório daquela cidade. Estou citando apenas um exemplo.

Nós, com o devido respeito que temos por Vossa Excelência, pela sua conduta e pelo brilhantismo de seu pronunciamento, temos certeza que Vossa Excelência confia na abertura programada pelo General Figueiredo, este homem de mão estendida, este homem que está deixando pouco para a Oposição lá no Senado e no Congresso Nacional fazer, porque tem feito tudo e está programando uma abertura, como diz Vossa Excelência, irrestrita, para que os bons brasileiros, para os políticos do gabarito de Léo de Almeida Neves, possam estar no concerto do drama político, do sistema político nacional, para que nós unidos por um só pensamento, que é o bem estar de nossa terra, e de nossa gente irmanados na grande sigla que é o Brasil, possamos lutar por ele e dar dias melhores para nossos filhos.

O que não podemos, Deputado Lúcio Machado, temos

consciência de que o mundo inteiro, em efervescência, atravessa uma crise, que não são responsáveis os brasileiros, não são responsáveis os americanos, não são responsáveis os russos, é reponsável a evolução, por um transe que passa o nosso mundo. Então, unidos num só pensamento e confiando no grande Líder do Paraná, que é Ney Braga, e no grande Líder do Brasil, que é Figueiredo, haveremos de, mãos dadas, nos unir para lutar por nossa terra e nossa gente.

Disse a Vossa Excelência, estes dias, que Ney Braga tinha liberado trezentos mil cruzeiros para seu prefeito, a título gratuito, para o Prefeito de Curiúva; e quero lhe dizer agora da tribuna, Ney Braga liberou oitocentos e quarenta mil cruzeiros, por intermédio do Banco do Estado, ao Prefeito dinâmico de Curiúva, para o seu Prefeito do MDB, poder comprar máquinas para trabalhar pelo povo daquela comuna e é isto que é política; e é isto que é abertura. E unidos, num só pensamento, haveremos de ver o Paraná e o Brasil no seu futuro, que promete aos nossos filhos e talvez aos nossos netos.

Muito agradecido, nobre Deputado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO -- Primeiramente quero agradecer as palavras elogiosas do nobre Deputado Gabriel Manoel. Concordamos plenamente que o grande estadista, João Batista de Oliveira Figueiredo, quando pedimos anistia, ele nos prometeu anistia; quando pedimos pluralidade de partido, ele nos prometeu pluralidade de partido. Mas só que a cabeça pensante do Governo Figueiredo, também usou de toda a sua astúcia para querer acabar com o único Partido de Oposição neste País, que é o Movimento Democrático Brasileiro.

E é por isso, nobre Deputado Gabriel Manoel, que nós não concordamos com a atual sistemática política; e é por isso que estamos, desta tribuna, para dizer alto e bom som, que o futuro político do Brasil, depende dos homens do MDB. O Sr. Cyro Martins -- Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) -- Nobre Deputado, nós concordamos em parte com a sua tese, da permanência do Partido da ARENA e do MDB. Não que a nova política queira sufocar o MDB; será que a nova política também não vai sufocar a ARENA? Será que aqueles que tiveram deslises nos comportamentos políticos, quer da ARENA, quer do MDB, não vão sentir-se satisfeitos em vestir uma roupagem nova dentro dos novos partidos?

Sou favorável, minha opinião é certa, da permanência, dos dois partidos; A ARENA num trabalho junto ao Governo, e o MDB, com todo o seu idealismo também, dentro das funções que ele exerce. Que os dois partidos continuem e que venham outros; agora, só citar o Partido da Oposição, como aquele que tem uma linha traçada de ação, não. A ARENA também tem. Há os arenistas autênticos. Há os arenistas, porque não vou dizer, traidores do próprio partido, como no MDB também os têm. Eu sou partidário, que os dois partidos permaneçam e venham mais dois; concordo em parte com a tese que o nobre Deputado Tadeu está nos apresentando. Entretanto, vamos pensar que o passado daqueles que ontem trabalharam de uma forma imprecisa, de uma forma incorreta, dentro dos seus partidos, na formação de partidos novos, eles vão ficar desinibidos daquele seu comportamento alheio e incorreto ontem. Portanto, sou partidário da permanência dos dois partidos.

E com respeito à prepotência e ao livre arbítrio do Presidente e daqueles que representam o nosso Governo. Caro Deputado Tadeu, respeito muito a Oposição e tenho demonstrado isso. E quero sempre ouvir palavras substanciais que traduzam a realidade das coisas, através do MDB.

Eis* porque estou fazendo este aparte a vossa oração, que é digna de ser ouvida, caro e nobre Deputado Tadeu. Vamos lutar pela permanência dos dois partidos e que venham outros também.

Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado Tadeu. O SR. TADEU LÚCIO MACHADO -- Eu que agradeço, Deputado Cyro Martins.

O Sr. Nelson Friedrich -- Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) -- É um prazer ouvir, nesta segunda-feira, uma manifestação séria como a que Vossa Excelência vem trazendo a esta Casa. E dizer que nós também somos favoráveis ao pluripartidarismo; mas um pluripartidarismo que tem a sua origem numa Assembléia Nacional Constituinte, ou ao menos, após um longo, sério e profundo debate nacional, sobre o que queremos e aonde pretendemos chegar; que tipo de sociedade se busca realizar e construir neste País e acima de tudo, que se tenha os contornos efetivos de uma democracia e liberdade. Não novos partidos providos de decretos ou anteprojetos providos das granjas do torto ou das granjas do direito, mas que sejam efetivamente oriundos dos anseios trabalhistas, dos anseios sociais, da camada popular que efetivamente está marginalizada e toda a sociedade brasileira. Que nós tenhamos enfim, partidos que traduzam o interesse superior da classe política, social, econômica, cultural e todos aqueles que não estão participando do processo brasileiro.

Mas ainda digo, ilustre Deputado, que a sua colocação é bastante séria, porque neste País, nós temos tido a autocracia, temos tido o mando e o desmando da tecnocracia, e, mais recentemente, surgiu a bionocracia. E há poucos dias, tivemos o desprazer de assistir o porque dos biônicos do Planalto: estava-se votando a Emenda Montoro, para que nós tivéssemos eleições diretas dos governos de estado, e eis que trinta e seis senadores biônicos foram o fiel da balança, e derrubaram esta Emenda Constitucional. Trinta e seis senadores, melhor dizendo, que não tiveram voto de ninguém a não ser o apadrinhamento de quem quer que seja, que lhe colocou por um período longo no Senado da República, entrando pelas portas dos fundos, arrebatando a porta da liberdade e da democracia, que é o Senado; e foram lá postos e, no entanto, trinta e seis senadores, foram dizer que o Povo brasileiro não poderia ter eleição direta para Governador do Estado.

Em nome de quem? Se não tiveram voto do veredito popular. Mas, o que é pior, um desses trinta e seis senadores biônicos provou a sua bionicidade, e fez ciúmes até ao biônico de seis milhões de dólares, porque estava numa Sala de Comissões do Senado da República e votou ao mesmo tempo. Conseguiu dar a prova física da sua bionicidade. Não estava no plenário e conseguiu votar. É o supra-sumo da bionicidade neste País.

Muito obrigdo.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO -- Muito obrigado, nobre Deputado Nelson.

O seu aparte vem abrilhantar em muito esta modesta oração.

E para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que na incompatibilidade do povo com o poder, o povo vence sempre, embora possa custar e possa tardar. A vitória está aí e haverá de chegar para a satisfação do povo do Paraná e do povo do Brasil.

Muito obrigado.

O Sr. Gernote Kirinus -- Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) -- Aproveitando o encerramento do seu discurso, nobre Deputado Tadeu, não poderia deixar de congratular-me com o seu pronunciamento, sério e autêntico, e dizer que sinto também uma admiração muito profunda por aqueles parlamentares que, depois de quatorze anos de arbítrio, depois de vários Presidentes nomeados ou sucessores, terem feito juramentos sérios diante do Pavilhão Nacional, dizendo que iriam devolver o País à democracia. Um deles inventou o AI-5 e outro, logo depois do juramento, inventou os biônicos, e outro começa a inventar os pacotes.

E a paciência desses nobres parlamentares de ainda esperar que a democracia emane do ilegalismo instituído no País há

quatorze anos, é realmente muito admirável.

Entretanto, nobre Deputado, sei que o povo não espera mais. Na faixa de fronteira que Sua Excelência nomeou, ocorre as maiores barbaridades, justamente por falta de democracia, por falta da liberdade de escolher aqueles que deverão gerir os impostos que este povo recolhe com tanto sacrifício.

Há pouco tempo atrás, se acenava, com a mão estendida de Figueiredo, que havia eleições. E garantiu, inclusive, o grande estadista João Figueiredo de que a ARENA sabe como vencer.

Mas, curiosamente, há duas semanas, silenciou-se a respeito de eleições na faixa de fronteira. Estranhamos esse silêncio. E voltamos a exigir e a batalhar na mesma tese que o MDB já vem batalhando há mais de década.

Era este o aparte, nobre Deputado.

Muito obrigado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Muito obrigado, nobre Deputado Kirinus, isso tudo é uma maneira da ditadura tentar se manter.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Consulto à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja fazer uso da palavra, no horário que lhe é reservado. (Declina)

Consulto à Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa, na tarde de hoje, um requerimento de apelo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, arquiteto Jaime Lerner.

O nosso requerimento visa apelar a Sua Excelência no sentido de evitar os acidentes que vêm ocorrendo na Avenida das Torres.

A Avenida das Torres que ninguém desconhece, é uma obra iniciada no governo Saul Raiz e que tem por objetivo ligar nossa Capital a São José dos Pinhais, especialmente ao Aeroporto Afonso Pena.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que por uma questão de economia, talvez, houve um desvio na pista de rolamento, na altura da transposição da Estrada de Ferro, a fim de que se aproveitasse o viaduto já construído sobre aquela rodovia, a Salgado Filho. E essa conversão da Avenida das Torres, da pista que demanda de Curitiba a São José dos Pinhais, tem provocado inúmeros acidentes. Já foi apelidada "curva dos tomates" porque, diversos caminhões, por coincidência, carregados com tomates, tombaram lá. E estamos apelando, nesta tarde, a Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal, que essa curva não se transforme em curva da morte, Sua Excelência proceda o alargamento do viaduto que transpõe a Estrada de Ferro, fazendo com que não seja desviado do seu traçado ideal, que é a Avenida das Torres. Porque isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, além de no futuro colocar em jogo o bom nome dos técnicos de nosso Estado, dos homens responsáveis por aquela rodovia, irá por certo, trazer consequências desastrosas, ceifando muitas vidas. E para que isso não ocorra, queremos apelar a Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal, homem conhecido nacional e internacionalmente, como um dos grandes técnicos de urbanismo, que S. Ex^a, em nome da economia, não venha sacrificar talvez dezenas e dezenas de vidas de companheiros nossos, especialmente de nossos motoristas, aqueles que transportam as nossas riquezas, aqueles que, diuturnamente vêm lutando pela sua sobrevivência e pela grandeza do nosso Estado e da nossa Pátria!

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Deputado João Mansur, satisfeitos ficamos quando vemos companheiros nossos, da nossa ilustre

bancada, olhando por este prisma, pelo prisma da segurança do nosso povo, da coletividade curitibana. Vossa Excelência está enfocando um assunto muito sério, assunto este que tem o nosso integral apoio. Como dizia o ex-Governador Moysés Lupion: "araruta também tem o seu dia de mingau". Então, é a nossa vez de gritar, gritaremos, quando assuntos sérios como este se tornarem necessários; que se grite, que se fale para que seja atingida a sensibilidade dos dirigentes, a sensibilidade do grande Prefeito da Capital, Dr. Jaime Lerner, grande como o foi o Prefeito Saul Raiz, para que, junto com o povo, possamos fiscalizar as discrepâncias, para levarmos a uma verdadeira e correta aplicação, o dinheiro do povo, para que se corrija os erros.

Meus parabéns, nobre Deputado João Mansur. Sem nenhum desmerecimento à douta bancada do MDB, podemos dizer que nós da ARENA também sabemos o que está certo e o que está errado, sabemos o que queremos e também estamos ao lado do povo. Vossa Excelência nesta tarde nos anima, pronunciando-se em favor desta meta que é a proteção do povo humilde de nossa terra!

Muito obrigado.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado que, aliás, é sempre atento a todos os assuntos discutidos aqui nesta Casa e que dizem de perto dos interesses do povo paranaense.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como eu ia dizendo, o eminente ex-Prefeito Municipal de Curitiba, nosso prezado companheiro Saul Raiz que realizou uma grande administração em favor da nossa Capital, talvez, o grande Prefeito tivesse, com os seus técnicos, com os homens que integram a sua equipe de trabalho, talvez tivesse determinado esta conversão violenta na Avenida das Torres, a fim de aproveitar o Viaduto já existente na Avenida Salgado Filho, e talvez, por uma questão de economia. Mas meu Deus do Céu! Nesta hora em que está em jogo não só os nomes dos nossos engenheiros, dos nossos técnicos, dos nossos arquitetos, está acima de tudo, em jogo, a vida dos nossos companheiros, os motoristas que diariamente e diuturnamente circulam por aquela avenida transportando as nossas riquezas, a vida dos milhares de curitibanos e de homens de São José dos Pinhais que constantemente fazem aquela ligação Curitiba-São José dos Pinhais-Aeroporto Afonso Pena.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando à Mesa este requerimento, para o qual esperamos contar com o apoio dos Srs. Deputados que integram as duas bancadas aqui neste Poder Legislativo, a fim de sensibilizarmos Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal Dr. Jaime Lerner, no sentido de que determine a retificação daquele trecho na Avenida das Torres.

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Obrigado pelo aparte concedido, nobre Deputado.

Apenas gostaria de me situar porque considero o pronunciamento de Vossa Excelência, de alta importância, aliás, como todos os que Vossa Excelência traz a esta Casa.

Entendo que este problema de segurança, no Viaduto, é deveras preocupante não somente aos políticos, como também à população; hoje mesmo, ao passar por aquele local, vi já a colocação do material que visa a estaqueamentos e proteção do Viaduto que ali será instalado, e com isto eu fiquei muito feliz, muito satisfeito, porque esta é já uma solicitação antiga deste Deputado, ainda quando Vereador na Câmara Municipal de Curitiba e, bem antes, já outros ilustres companheiros haviam solicitado.

Mas, gostaria de me situar, nobre Deputado, quanto à solicitação, à referência que Vossa Excelência faz à Avenida das Torres.

Se bem entendi, Vossa Excelência reclama da falta de

segurança naquele traçado, onde tem aquela conversão bairro-centro; quem vem pela Avenida das Torres, entra à esquerda para pegar o viaduto do Capanema. É isso?

O SR. JOÃO MANSUR — Não. De Curitiba a São José dos Pinhais, pega à direita para alcançar a Avenida Salgado Filho e aproveitar o Viaduto que transpõe a Rede Ferroviária.

O Sr. Mário Celso — Ah, sei! — Lá perto de São José dos Pinhais.

O SR. JOÃO MANSUR — Na conversão à direita, junto ao Rio Iguaçu.

O Sr. Mário Celso — Exatamente. Então Vossa Excelência tem toda a razão no pronunciamento mais ainda. Já teria se fosse nessa primeira conversão, que eu também acho bastante perigosa, embora muito bem sinalizada, mas na conversão posterior, o perigo é maior ainda, a falta de segurança é total, e o Prefeito Jaime Lerner, tenho certeza, vai ver com carinho essa situação, e mais ainda.

Nós chamamos a atenção, nobre Deputado, para o problema dos irresponsáveis que ficam no período noturno, apostando corridas, os chamados "pegas" naquela Rodovia das Torres.

Nós temos, muitas vezes, passado à noite, no local, e encontrado verdadeiros malucos no volante, apostando corridas, com jovens prostrados no gramado, à beira da Avenida, no acostamento, vibrando e participando até com bandeiras desses "pegas".

Então chamamos até a atenção dos elementos da Polícia Militar, para que policiem melhor aquele local, principalmente no período noturno.

Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado e congratulo-me com o Deputado, quando acupava a cadeira na Câmara Municipal de Curitiba, e já, naquela oportunidade, apelava no sentido da construção do Viaduto, sobre a BR-116, que há de ligar Curitiba também ao vizinho e próspero Município de Piraquara.

Com relação a esses elementos que vêm usando a Avenida das Torres, como pista de corrida, apelo ao nobre Deputado, no sentido de que se faça um requerimento ao Secretário da Segurança ou à Polícia Militar do nosso Estado, a fim de que se coíba este abuso e que vem pondo em risco a vida de milhares de companheiros nossos.

De modo que, Senhor Presidente, Senhores Deputados, este é o requerimento que nós queríamos fazer nesta tarde, e tenho certeza que, pelo seu conhecimento e pelo amor que ele dedica a esta terra, há de ser atendido pelo ilustre Prefeito Municipal desta Capital, o arquiteto Jaime Lerner.

—(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que dispõe sobre aproveitamento de Médicos, aprovados em concurso, para as vagas de Capitão da Polícia Militar do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 42/79, de

autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 38/79, que aprova convênio de auxílio e cooperação, celebrado entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, com a intervenção de órgãos que especifica, objetivando execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 20/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de ICARAÍMA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 41/79, que aprova convênio de auxílio e cooperação n.º 157/78, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de DIAMANTE DO NORTE, com intervenção de órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/77, de autoria do ex-Deputado ACCIOLY NETO, que autoriza o Poder Executivo criar sob a forma de Fundação, a Universidade Estadual do Litoral, com sede na cidade de Paranaguá, e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F. e FAVORÁVEL da C.I.P., por unanimidade.

PROJETO DE LEI N.º 99/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual do Litoral, com sede na cidade de Paranaguá e que manterá cursos nessa cidade e demais municípios do Litoral e do Vale da Ribeira.

§ 1.º — Integrarão a Universidade Estadual do Litoral, as seguintes unidades de ensino e pesquisa básicas, que ficam criados por desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, que fica extinta:

I - Centro de Ciências Humanas que compreenderá os cursos de Licenciatura em Geografia e Licenciatura em História;

II — Centro de Letras que compreenderá os cursos de Letras;

III — Centro de Ciências Exatas que compreenderá os Cursos de Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Ciências.

§ 2.º — Integrarão a Universidade Estadual do Litoral as seguintes unidades de ensino profissional e pesquisa que ficam criadas:

I - Centro de Ciências Humanas Aplicadas, compreendendo o Curso de Bacharelado em Direito;

II - Centro de Educação que ministrará matérias pedagógicas aos cursos de Licenciatura e compreenderá o Curso de Licenciatura em Pedagogia.

§ 3.º — Os cursos nomeados nos incisos dos §§ 1.º e 2.º deste Artigo, já mantidos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, passarão a ser mantidos, sem solução de continuidade, pela Universidade Estadual do Litoral; os Cursos de Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Ciências e Bacharelado em Direito, ora criados, iniciarão suas atividades letivas no ano seguinte ao da sua criação.

Art. 2.º — A Universidade Estadual do Litoral será or-

ganizada como Fundação de Direito Público, com o nome de "FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO LITORAL".

Art. 3.º — A Universidade Estadual do Litoral terá autonomia didático-científica, financeira, administrativa e disciplinar, ressalvada a competência do Conselho Superior do Magistério, criado pela Lei n.º 5871, de 06/11/68.

Art. 4.º — A Universidade Estadual do Litoral elaborará, com fundamento na Lei n.º 6.034, seu Estatuto e Regimento, observada a legislação federal e estadual, respeitados os seguintes princípios:

- I — unidade de patrimônio e administração;
- II — estrutura baseada em Departamentos, reunidos ou não em unidades mais amplas;
- III — unidades com funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
- IV — plena utilização dos recursos materiais e humanos;

V — universidade de campo de ensino e pesquisa, pelo cultivo dos ramos fundamentais do conhecimento humano puro ou aplicado;

VI — flexibilidade de métodos e critérios com vistas a diferenças individuais dos alunos, peculiaridades regionais e possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos meios e programas de pesquisas;

VII — inclusão, nos cursos atuais e futuros de graduação, pós-graduação e reciclagem, sem prejuízo da Universidade, de temas ligados ao ambiente natural e humano tais como: oceanografia, biologia marinha, ornitologia, marinha e tropical; geologia do pré-cambriano, mineração e metalurgia dos ferrosos; geomorfologia em clima tropical úmido/pré-história ligada à formação dos sambaquis, história dos períodos colonial e imperial, arquitetura colonial; direito marítimo e aeroviário, direito portuário e de transportes e cargas; merceologia de gêneros exportáveis, comércio exportador e importador, política cafeeira; cultivo das principais línguas utilizadas na comunicação internacional; medicina tropical; saneamento de baixadas, engenharia hidráulica, portuária e naval; agricultura, pecuária e silvicultura tropicais, indústrias florestais; navegação, urbanização e turismo; pesca e preservação do meio ambiente em terra e no mar, podendo, tais temas, constituir: cursos, disciplinas, tópicos de programa de disciplinas que os abranjam ou com eles se relacionam ou ainda objeto de projetos de pesquisas ou de convênios Universidade-Empresa.

VIII — manutenção, pela Universidade Estadual do Litoral, de seção de estatística educacional tecnicamente vinculada a seção correspondente da Superintendência do Ensino Superior da Secretaria da Educação e da Cultura;

IX — expansão da Universidade Estadual do Litoral em instalações, equipamentos, vagas, cursos e novas unidades atendendo às prioridades recomendadas no Plano Estadual de Educação tendo em vista a demanda de professores para o ensino de primeiro e segundo graus e de profissionais de nível superior;

X — adoção de sistema próprio de classificação de funções e regime de titulação pautado sobre os do sistema federal;

XI — matrículas centralizadas por disciplinas;

XII — publicação do número de vagas dois meses, no mínimo, antes dos vestibulares;

XIII — criação parcimoniosa de unidades, serviços ou atividades novas, devendo processar-se sempre que possível, o aproveitamento dos recursos humanos e materiais existentes, só se recorrendo, excepcionalmente, à criação de novas unidades.

Art. 5.º — Os níveis de salário da Fundação Universidade Estadual do Litoral, na parte paga pela verba do Estado, serão os do quadro próprio ou de outras fontes, seguin-

do-se, no que for aplicável, o sistema federal de tempo estendido, tempo integral e dedicação exclusiva.

Parágrafo único — A admissão de professores pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, far-se-á observados os requisitos de titulação fixados para as classes correspondentes da carreira.

Art. 6.º — O patrimônio da Fundação Universidade Estadual do Litoral será constituído:

- I — de auxílios e doações que lhe fizer o Estado
- II — dos bens e direitos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, à qual sucede;
- III — dos prédios, edifícios e instalações e equipamentos pertencentes ao Estado com que funciona a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá;
- IV — das dotações que lhe forem concedidas pelo poder público federal, estadual ou municipal e pelas autarquias;

V — de auxílios, doações, legados ou outros benefícios que lhes sejam feitos por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado interno ou externo;

VI — das dotações orçamentárias da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, a que sucede inclusive as de exercícios findos;

VII — do resultado de contratos de convênios do produto de suas atividades; da renda de seu patrimônio bem como de outras fontes de rendas;

Art. 7.º — Os recursos obtidos de anuidades e taxas pagas pelos estudantes bem como da restituição de valor de bolsas e financiamentos, na forma da recomendação do Art. 176 da Constituição Federal serão, prioritariamente, destinados à concessão de bolsas a estudantes que delas necessitem.

Art. 8.º — A Fundação Universidade Estadual do Litoral, visando a dinamização dos cursos existentes ou criados pela presente lei e a implantação e desenvolvimento de outros que venham a criar-se, estabelecerá entendimentos com os municípios de sua área geo-escolar bem como com instituições, entidades e empresas públicas e privadas vinculadas a objetivos compatíveis com os da Universidade.

Art. 9.º — Em vista do disposto no Art. 11 e no inciso 6, do Art. 14, da Lei n.º 6.034, de 06/11/69, fica criada a Comissão instituidora da Universidade Estadual do Litoral, para promover as medidas de implantação da Universidade Estadual do Litoral e gerir-na, pro-tempore, até a posse de seu primeiro Reitor e do Conselho de Curadores, composta pelos professores: Verner Artur Conrado Barthelness, Pedro Ivo Laffite Rocha, Vidal Vanhoni, Leônidas Boutin, Hugo Pereira Correa, Rachel Pereira da Costa e Aicyone Correia de Freitas.

Art. 10 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1.977.

(a) ACCIOLY NETO.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a instituir a Fundação Universidade Estadual do Litoral, levando-se em consideração que a valorização do homem pela cultura deve ser a meta básica de todo o Governo de uma Nação.

A implantação de Universidades em regiões cuja expressão sócio-política o justifique e que apresentem o requisito prévio de um adequado amadurecimento cultural, consistem no objetivo dessa elevada forma de instituição e organização.

A região formada pelo litoral do nosso Estado, em conjunto com o Vale da Ribeira, igualmente litorâneo, preenche os requisitos para que tal Fundação possa existir, tendo-se em vista o quadro natural e peculiar, diferenciando-se do restante do território do Estado, rico em potencialidades quanto a valores minerais, hídricos e paisagísticos, possui sedimentação cultural,

tricentenária, como célula mater de nossa formação histórica, além de ser expressão econômica como porta do mar e terminal do corredor de exportação.

São essas as razões que nos levaram a apresentar o presente plano de lei que, esperamos, contará com a aprovação desta Assembléia Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 99/77

P A R E C E R

Tem o presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Accioly Neto, a finalidade de autorizar o Poder Executivo a criar, sob a forma de Fundação, a Universidade Estadual do Litoral, com sede em Paranaguá e dá outras providências.

Através do texto da proposição, o seu autor especifica detalhadamente, todas as atribuições que a futura Fundação exercerá com a criação da Universidade do Litoral, absorvendo as unidades de ensino da atual Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.

Justificando a medida proposta, diz o nobre Deputado Accioly Neto, que a instituição da Fundação Universidade Estadual do Litoral, com sede na cidade de Paranaguá, fundamentalmente, tem por objetivo a valorização do homem pela cultura e que a sua criação no litoral do nosso Estado abrangendo o Vale da Ribeira, visa aproveitar as peculiaridades naturais ricas em valores econômicos ali existentes, bem como a sedimentação cultural tricentenária da célula mater da nossa formação histórica.

A oportunidade de sua criação, não resta a menor dúvida, é a das mais convenientes e plenamente justificada.

Queremos nesta oportunidade, nos congratular com o autor da proposição, pelo cuidado e esmero com que apresentou o assunto, demonstrando a seriedade e o cuidado no trato à causa pública, principalmente, tratando-se de um dos elementos fundamentais da organização social de um Estado, que vem a ser o da Educação.

É, deveras, uma das principais obrigações do Poder Público, o desenvolvimento e o aprimoramento da Educação, para que por meio dessa sua ação, atenda aos demais campos da sua atuação, visando o atendimento global no exercício das suas competências constitucionais.

Entretanto, face aos dispositivos constitucionais que vedam a iniciativa por esta Casa de Leis que aumentem ou alterem a despesa pública (letra b - § 1.º, Art. 25 e Art. 35 caput, da Const. Est.), tal proposição somente poderá ser apresentada através de sugestão ao Poder Executivo.

Assim sendo, o nosso parecer é CONTRÁRIO ao projeto de lei em tela, face à sua inconstitucionalidade, opinando-se pela sua REJEIÇÃO, nos reservando a apoiar a iniciativa, caso o seu autor a queira transformá-la em sugestão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1978.

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente;
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 99/77

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Accioly Neto o presente Projeto de Lei n.º 99/77, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar sob forma de Fundação a Universidade Estadual do Litoral, com sede na cidade de Paranaguá e dá outras providências.

Nesta oportunidade, nos congratulamos com o autor do presente projeto de lei, pelo cuidado e pelo profundo estudo que fez da matéria, esta, de uma importância fundamental,

pois trata-se de um problema dos mais relevantes em nosso País, que é a Educação, esta muitas vezes, renegada a segundo plano pelos homens que administram nossa terra.

Todos sabemos, que é uma das principais, prioritárias obrigações do Poder Público, o desenvolvimento, aprimoramento e distribuição da Educação, visando o homem principal meta da Democracia.

Entretanto, temos que, aqui, acompanhar o parecer da dita Comissão de Constituição e Justiça, pois o mesmo projeto é inconstitucional, ferindo os dispositivos de nossa Constituição Estadual nos seus artigos 25 e 35, pois aumenta a despesa do Erário Público, competência exclusiva do Poder Executivo, somos pela REJEIÇÃO do mesmo, embora nos reservando o direito de votarmos favoravelmente se a mesma matéria for levada à Casa, em forma de requerimento sugestão ao Poder Executivo.

Sala das Comissões, em
(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA, Presidente;
DARCY DEITOS, Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE LEI N.º 99/77

P A R E C E R

— Da leitura das peças componentes do Projeto de Lei n.º 99/77, resulta a constatação de que a criação da Universidade Estadual do Litoral, em Paranaguá, é medida altamente meritória, de indiscutível oportunidade, de inescusável valia para a região que atenderá, dando margem, inclusive, a cumprimentos e louvores ao responsável pela iniciativa, o brilhante ex-Deputado Accioly Neto.

— Não obstante, paradoxalmente, as duas Comissões antes ouvidas - a de Justiça e a de Finanças, opinaram contra a aprovação da proposta.

— Explica-se: as Comissões referidas, antes de concluir pela inconstitucionalidade do projeto, analisaram-lhe o mérito, não regateando, nesse particular, os aplausos e enclausos antes descritos, que endossamos.

— Entendendo que no exame dos projetos que lhe são submetidos, deve a Comissão de Instrução Pública ater-se ao mérito, exaltamos, também, a finalidade elevada do projeto, conferindo-lhe o nosso parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em
(aa) DEL CIEL, Presidente;
WERNER WANDERER, Relator.

A votação será procedida inversa.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram levantar-se. REJEITADO.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, quero definir a posição da bancada da ARENA.

É uma questão aberta, todavia nós votamos contrariamente à proposição do nobre Deputado Accioly Neto, do ex-Deputado Accioly Neto, embora julgando-a altamente meritória, porque a Comissão de Justiça houve por bem exarar o seu parecer contrário.

Por isso, seguindo uma tradição, a Casa não pode prosseguir na votação de um projeto, cuja principal comissão desta Casa, que é a de Justiça, dá o seu parecer contrário.

Por essa forma é que nós estamos votando com a comissão, com o parecer e contra o projeto.

Todavia, a questão é aberta. Não se trata de matéria do interesse do Governo e nem da bancada da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto

queiram levantar-se. (Pausa) 15 Senhores Deputados o aprovam, 10 Senhores Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para votação.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 09/79, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que torna obrigatório nas Escolas Públicas e Particulares de Ensino de 1.º Grau, o estudo da disciplina "ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade.— Em discussão.

PROJETO DE LEI N.º 09/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica incluída no currículo do ensino do 1.º Grau, do 1.º ao 4.º ano, das Escolas Públicas e Particulares, a disciplina "ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1979.

(a) TRAJANO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

Problema dos mais sérios dos que afetam a sociedade brasileira, a poluição do meio ambiente, com as desastrosas, conseqüências do desequilíbrio ecológico, deve merecer de todos nós a mais acurada atenção.

Por isso, a conscientização desse problema precisa ser dada à criança já nos primeiros anos de sua vida escolar.

Aliás, a Lei n.º 5.692/71, Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º Graus, recomenda essa preocupação, como se infere de sua exposição de motivos:

"No início da escolarização, as Ciências só podem ser tratadas em termos de atividade, isto é, com vivência de situações e exercícios de manipulação para explorar a curiosidade, que é a pedra de toque do método científico. Sempre que oportuno, essas experiências já podem ser objeto de uma sistematização (incipiente), partida mais do aluno que do professor, embora sob a direção estimulante deste último. À medida que se esboçam certos setores ainda não claramente individualizados e tais sistematizações se tornam freqüentes, pelo amadurecimento natural do educando (Ciências Exatas e Biológicas), e, nessa progressão se chegará à predominância do sistemático sobre o ocasional".

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 09/79

PARECER

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado TRAJANO BASTOS, tem como objetivo tornar obrigatório o estudo, nas escolas públicas e particulares de nosso Estado, da disciplina "Ecologia e Meio Ambiente".

Em sua justificativa, aquele parlamentar faz referência à Lei n.º 5.692/71, que versa sobre Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º Graus, afirmando que as normas ali contidas, não só autorizam, como recomendam essa preocupação em conscientizar as crianças dos problemas relacionados com o desequilíbrio ecológico, e o meio ambiente, já nos primeiros anos de vida escolar.

A iniciativa parece-nos legítima e oportuna, e, virá aprimorar o currículo ministrado no ensino de 1.º grau em nosso Estado.

Inexistindo qualquer óbice de ordem legal ou constitucional, opinamos pela APROVAÇÃO deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de março de 1979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

FIDELCINO TOLENTINO, Relator.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 09/79

PARECER

O Projeto de Lei n.º 09/79, de autoria do nobre Deputado Trajano Bastos, vem tramitando normalmente por esta Casa de Leis, já tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Trata-se de matéria da mais alta relevância, pois o tema vem se constituindo em motivo de crescente atenção não só em nível estadual ou nacional, como mundial. Haja visto que a própria Organização das Nações Unidas, através de seus órgãos especializados, vem demonstrando sua preocupação na preservação do meio ambiente.

A Igreja Católica, por outro lado, fez da Ecologia e da conservação dos recursos naturais, o ponto central de sua Campanha da Fraternidade para este ano de 1979.

O assunto Ecologia é por demais vasto e, não resta dúvida, que a principal saída para a resolução dos problemas ambientais é educar as gerações vindouras, inculcando-lhes, já na mais tenra idade, os conhecimentos básicos que as levarão ao respeito pela natureza, para que possam adequar o crescimento demográfico e o desenvolvimento industrial com uma maneira digna de se viver neste nosso, já pequeno, planeta.

É pois o projeto em pauta uma iniciativa das mais oportunas e meritórias, motivo pelo qual somos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em

(aa) DEL CIEL, Presidente;

GERNOTE KIRINUS, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 124/76, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública, e o Município de MANDAGUARI, objetivando a execução do artigo 37, do regulamento do Código Nacional de Trânsito. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— Encerrada a discussão.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/79, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova prestação de contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - (CABENFALE), referente verba de Assistência Social, período março a dezembro de 1976.— Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 54/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

ARTIGO ÚNICO — Fica aprovada a prestação de contas referente à Verba de Assistência Social, repassado pela Assembléia Legislativa para através da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (CABENFALE), custear gastos com assistência médica, hospitalar, dentária e laboratorial aos associados daquela entidade, no período de março a dezembro de 1976.

Sala das Comissões, em

(aa) FRANCISCO ESCORSIN, Presidente;

EGON PUDELL, Relator.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO N.º 304/77

PARECER

A presente Proposição sob n.º 304/77, é oriunda do ofício s/n, de 01 de fevereiro de 1977, do Presidente da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (CABENFALE), encaminhando prestação de contas da verba de Assistência Social, entregue por esta Assembléia à CABENFALE, no período de março a dezembro de 1976.

Ao examinarmos a proposição em tela, verificamos que já foi apreciada e dado parecer favorável pelo nobre relator, Fuad Nacli, datada de 29 de novembro de 1977.

Assim sendo, está a matéria em condições de ser apreciada por esta Comissão de Tomada de Contas, e o nosso parecer é pela aprovação da Proposição em análise, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Francisco Escorsin, Presidente; Egon Pudell, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/79, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova contas referentes a recursos passados pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para a Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa (CABENFALE), referente verba de Assistência Social - exercício de 1978. — Parecer Favorável da C.T.C., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 55/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo único — Fica aprovada a prestação de contas referente à aplicação dos recursos repassados pela Assembléia Legislativa, para, através da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (CABENFALE), custear gastos com assistência médica, hospitalar, dentária e laboratorial aos associados daquela entidade, no exercício de 1978.

Sala das Comissões, em

(aa) Francisco Escorsin, Presidente; Egon Pudell, Relator

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

PROPOSIÇÃO N.º 36/79

P A R E C E R

A presente Proposição sob n.º 36/79, é oriunda do ofício s/n de 20 de fevereiro de 1979, do Presidente da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (CABENFALE), encaminhando prestação de contas, referente ao exercício de 1978, relativa à Verba de Assistência Social.

Referida verba, conforme Decreto Legislativo n.º 397/71, alterado pelo Decreto Legislativo n.º 01/73, e entregue pela Assembléia para repasse através da CABENFALE, visa custear gastos com assistência médica, hospitalar, dentária e laboratorial dos associados daquela entidade, bem como aos Srs. Deputados e respectivos dependentes.

Do processo, constam vários demonstrativos, os quais se encontram em ordem e perfeitamente regulares.

Sendo assim, está a matéria em condições de ser apreciada por esta Comissão de Tomada de Contas, e o nosso parecer é pela aprovação da Proposição em análise, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Francisco Escorsin, Presidente; Egon Pudell, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56/79, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova prestação de contas do Departamento de Finanças deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1978. Parecer Favorável da C.T.C., por

unanimidade. — Em regime de urgência. - Encerrada a discussão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 56/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Artigo único — Fica aprovada a prestação de contas do Departamento de Finanças da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1978.

Sala das Comissões, em

(aa) Francisco Escorsin, Presidente; David Federmann, Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO N.º 51/79

P A R E C E R

A proposição em tela, tem por finalidade a prestação de contas e o Relatório elaborado pelo Departamento de Finanças, desta Assembléia Legislativa, referente ao exercício de 1978.

Analisando-se o relatório, bem como o balancete apresentado pela Contadoria Geral, temos que houve uma aplicação racional e dentro das normas legais, das verbas orçamentárias que pela Lei de Meios do Estado estavam destinadas a este Poder Legislativo.

Nestas condições, opinamos pela Aprovação da Prestação de Contas do Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1978, na forma do Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Francisco Escorsin, Presidente; David Federmann, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54/79, de autoria do Deputado Egon Pudell, que cria o Município de Vera Cruz do Oeste, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Céu Azul, com sede e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em Regime de Urgência. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 54/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado o Município de VERA CRUZ DO OESTE, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Céu Azul, e com as divisas do atual Distrito Administrativo e Judiciário de Vera Cruz do Oeste, estabelecidas pela Lei n.º 5572, de 16 de junho de 1967:

Começa no Rio Xaxim, ponto de encontro da linha leste-oeste da divisa entre as glebas Rio Quarto e Guairacá, seguindo pela referida linha rumo leste até seu final, daí segue rumo norte pela divisa entre as glebas do Rio Quarto e São Francisco até atingir o Rio São Francisco Falso Braço Norte, pelo qual desce até alcançar a foz da Sanga Barra Funda e por esta acima, até a sua nascente, de onde por linha seca e reta, alcança a foz do Rio Xaxim, no Rio São Francisco Falso Braço Sul, daí sobe o Rio Xaxim até alcançar o ponto de encontro da linha leste oeste das glebas Rio Quarto e Guairacá: ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 1979.

(a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A criação do Município de Vera Cruz do Oeste é uma das mais antigas reivindicações do povo laborioso que vive e trabalha nesta referida localidade.

Vera Cruz do Oeste vem acompanhando o desenvolvimento do Paraná, com o trabalho, entusiasmo e patriotismo de sua gente; vem assimilando o processo de desenvolvimento de outras regiões; vem implantando sistemas técnicos dos mais modernos na sua produção agrícola, dando como resultado grande produti-

vidade nas safras de soja, café, trigo, hortelã, etc., assim como aumento considerável nos rebanhos, e no seu desenvolvimento industrial.

Em decorrência, paralelamente aumentou em termos singulares a arrecadação de impostos e população.

É inteiramente válido a necessidade de Vera Cruz do Oeste de adquirir maioria política-administrativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 54/79

P A R E C E R

De autoria do nobre Deputado Egon Pudell, o projeto intenta criar o Município de Vera Cruz do Oeste, desmembrado do Município de Céu Azul, com divisas que especifica.

O processo de criação de novas unidades municipais, atualmente estabelecido por lei, visa garantir a viabilidade econômica, política e social das comunidades politicamente autônomas.

O presente projeto apresenta um número tão expressivo de elementos comprobatórios desses requisitos, através de declarações, atestados, fotografias, estatísticas, além da subscrição do pedido por um significativo contingente de moradores da área, que não resta qualquer dúvida no espírito do legislador quanto às reais condições de Vera Cruz do Oeste tornar-se um vigoroso e progressista município.

Por esta razão, dou meu parecer Favorável ao projeto formulado pelo operoso Deputado Egon Pudell.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Luiz Alberto Oliveira,
Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 58/79, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que cria o Município de Lunardelli, com território desmembrado do Município de São João do Ivaí, com sede e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em regime de urgência. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 58/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Lunardelli, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de São João do Ivaí, e com as divisas do atual Distrito Administrativo de Lunardelli.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O atual Distrito de Lunardelli, no Município de São João do Ivaí, como comprovam os documentos aqui anexados, reúne condições que excedem, em muito, as exigências mínimas contidas na Lei Complementar nº 1. Por isso, tenho certeza, que a presente iniciativa terá pleno acolhimento por esta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 58/79

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, visa o plano de lei em análise criar o Município de Lunardelli, em território desmembrado do Município de São João do Ivaí.

A proposição se reveste de méritos, tendo em vista a pujança econômica, social e cultural do mencionado distrito administrativo. Outrossim, cumpre o disposto na Lei Orgânica dos Municípios.

O parecer, portanto, é de que, s.m.j., a proposição poderá ser aprovada pela Casa.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Ezequias Losso, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Praga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Leonel Schwartz, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Instituto dos Advogados pelo transcurso do seu 62º aniversário. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Erondy Silvério, respectivamente Líderes do MDB e da ARENA, constante do expediente, solicitando a transferência da sessão de quarta-feira, dia 13, para às 10:00 horas, e a suspensão da sessão do dia 15, para que no mesmo dia se realizem reuniões das Comissões. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A, em forma de apelo, no sentido de que as indenizações do PROAGRO da safra frustrada do último ano, sejam imediatamente quitadas. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do INAMPS, encarecendo a instalação de um posto de Assistência Médica no Município de Arapongas. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido da conclusão do acesso BR-369 - Mamborê. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de estudar a possibilidade da construção de um ginásio no Bairro do Atuba, Município de Colombo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente às autoridades federais competentes, consubstanciado em apelo, no sentido de que sejam admitidas como fora do Parque Marumby, as áreas abaixo da quota de 200 metros de altitude, bem como voto de congratulações ao Sr. Secretário da Agricultura do Estado, por encampar esta idéia, conforme veiculação dada pela imprensa local. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de não alterar o traçado da Avenida das Torres. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que informe dos compromissos assumidos pelo DER sobre diversos itens. — **Encerrada a discussão.**

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela Ordem) Sr. Presidente,

Para que a Mesa me situe e me informe, nos casos em tela, que os requerimentos estão sendo protelados por falta de quorum, este Deputado pretende, deseja saber se quando Vossa Excelência declarada como encerrada a discussão, amanhã esses requerimentos voltarão automaticamente à Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Somente em fase de votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 42, 43 e 44/79.

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 99/77 e 09/79, e dos Projetos de Resolução n.ºs 02/77, 54, 55 e 56/79, e os Projetos de Lei n.ºs 54 e 58/79.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ezequias Losso. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Augusto Carneiro apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 25/79, de autoria do Deputado

Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública a "Associação Comunitária Evangélica da Família", com sede na cidade de Reserva. PROJETO DE LEI Nº 32/79, de autoria do Deputado João Elísio Ferraz de Campos, que declara de utilidade pública a "Associação Bamerindus". PROJETO DE LEI Nº 38/79, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Professores", com sede e foro na cidade de São Pedro do Ivaí. Pelo Deputado Renato Bernardi, foi apresentado redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 16/79, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 30/79, encaminhando anteprojeto de lei que consolida a legislação pertinente ao Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Alçada, introduzindo no referido Quadro, alterações julgadas necessárias. PROJETO DE LEI Nº 63/79, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 59/79, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar a Secretaria da Cultura e do Esporte, e dá outras providências. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO

Presidente

Lélío Guimarães Sotto Maior — Secretário